



**AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES**

DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL

Estudo de Caso de Gâmbia

Documento de Trabalho

O embaixador Momodou Badjie

Fevereiro de 2020

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA GAMBIA

INTRODUÇÃO

O que despoletou o processo de reforma na Gâmbia pode ser melhor explicado através *de uma* análise clínica do período pré-reforma. O sector de segurança na Gâmbia estava em grande parte deteriorado devido à má gestão, à regulação ineficaz e à a um péssimo historial de supervisão oficial. Durante uma grande parte da história do país (needs na accent) no pós- independência, o Ministério da Defesa estava sob a tutela da Presidência, sendo que o Presidente *costumava agir* como o potencial detentor da pasta do Ministério da Defesa. O Ministério do Interior *ficava* responsável pelas restantes instituições de segurança, com exceção do Serviço de Inteligência Nacional (SIS), sob a tutela do gabinete do Presidente. Os enquadramentos para a gestão e operação das várias instituições de segurança eram inadequados ou não específicos para cada sector. Lacunas sérias nas políticas e a falta de regulamentação para guiar o sector, criou um contexto em que o Executivo *foi* levado a intervir.

Esta abordagem ilógica e pouco ortodoxa à supervisão combinada com as tendências autoritárias do anterior Presidente Jammeh, levaram a que o sector fosse mal gerido, extremamente polarizado e utilizado convenientemente como uma ferramenta de opressão de quem fosse considerado como rival político. Estes desenvolvimentos, em conjugação com outros fatores, levaram ao enfraquecimento das instituições públicas, à intensificação da animosidade política e sujeitaram o espaço político a **um** intenso antagonismo e instabilidade. Este momento foi o início de um período negro na história dos estabelecimentos de segurança. As instituições de segurança foram inadvertidamente utilizadas para facilitar prisões a mando do Estado, execuções extra-judiciais e desaparecimentos coercivos de adversários políticos. Curiosamente, estes desenvolvimentos tiveram lugar numa época em que não era comum desafiar ou até mesmo questionar decisões executivas.

AGENDA DA REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA

A nova ordem, sob a liderança de Sua Excelência o Presidente Adama Barrow, considerou necessário reformar o setor da segurança para torná-lo funcional e eficaz. A agenda da reforma tem como objetivo aumentar a capacidade de resposta, a fé pública e a confiança da população no setor de segurança. Para este efeito, em 2017, foi realizada uma Avaliação de Reforma do Setor de Segurança, cujo relatório destacou as graves lacunas nas políticas, **na** regulamentação ineficaz e **na** fraca supervisão oficial mencionadas nos parágrafos anteriores. Estas reformas foram criadas para aumentar a eficácia na prestação de serviços ao público, aumentar a conformidade com os regulamentos e leis existentes para os serviços de segurança pública e reforçar uma cultura de responsabilidade, transparência e ética nas disposições, gestão e supervisão da segurança.

Isto culminou na elaboração pela primeira vez de uma Política de Segurança Nacional (PSN), apresentada em Junho de 2019, que define as medidas que o governo tomará para salvaguardar o povo gambiano e os seus recursos naturais. A PSN apresenta uma abordagem robusta, coerente e estratégica para responder coletivamente às ameaças à segurança nacional, através de processos de tomada de decisão rápidos, linhas claras de responsabilização e de responsabilidades, execução de ação imediata e um compromisso para com o desenvolvimento da robustez da nação contra o crime. A política de segurança nacional foi sujeita a um vigoroso escrutínio, detalhando os riscos, ameaças, oportunidades e desafios atuais e futuros que o país enfrenta e identificando as áreas básicas de segurança nacional, incluindo os instrumentos de poder nacional.

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Estratégia de Segurança Nacional (ESN) oferece o enquadramento para a implementação da PSN e integra **(take out period and lower case on integra)**. Integra as políticas, objetivos e responsabilidades de segurança num mapa para a implementação da visão da segurança nacional. A estratégia apresenta um enquadramento geral para resolver as questões urgentes de segurança nacional. A ESN será relevante para todo o planeamento e tomada de decisões relativamente à segurança nacional.

EQUIPA DE ELABORAÇÃO DA ESN

Superintendente Adjunto da Polícia Amat Sallah - Líder de equipa
(Departamento de Imigração da Gâmbia/Gabinete de
Segurança Nacional)

Primeiro-Tenente Adama Trawalleh (Ministério da Defesa)	-	Membro
Comissário Keita M Saidy (<i>Global Power System</i>)	-	Membro
Salifu O Joof (Ministério de Informação, Comunicação e Infraestrutura)	-	Membro
Bubacarr Cham (Geologia)	-	Membro
Binta Samura (Ministério da Justiça)	-	Membro
Superintendente Adjunto da Polícia Abdoulie Touray (Força Policial Gambiana)	-	Membro
Abubacarr DM Gibba (Ministério do Interior)	-	Membro
Sub-Comandante Momodou S Bah (Serviço de Fogos e Socorro Gambiano)	-	Membro
NCO 1 Karamba Jawla (Agência de Narcóticos da Gâmbia)	-	Membro
Musa Kinteh (Autoridade de Finanças Gambiana)	-	Membro

TERMOS DE REFERÊNCIA

Os seguintes termos foram alguns dos termos de referência utilizados pelo Comitê de Elaboração:

- a. Elaboração de uma estratégia que maximize a segurança e a proteção de todas as pessoas que vivem na Gâmbia.
- b. Sugestão de uma estrutura de segurança nacional que seja capaz de atender às necessidades de segurança e proteção da Gâmbia.
- c. Desenvolvimento de uma estratégia que melhore a capacidade e eficiência do setor de segurança, para manter a paz e estabelecer e facilitar o desenvolvimento económico, bem como a maximização da prosperidade nacional.

- d. Desenvolvimento de uma estratégia que ajude a detectar, deter e desmantelar sindicatos criminosos e as suas redes, para livrar o país de criminosos e da sua capacidade de causar distúrbios.
- e. Desenvolvimento de uma estratégia que aumente a capacidade do setor de segurança para defender a soberania nacional e a integridade territorial do país, face a todas as formas de agressão.

METODOLOGIA

O Comité de Elaboração foi orientado pela Visão de Segurança Nacional, Objetivos da ESN, os Valores Nacionais, as Prioridades de Segurança Nacional e o Interesse de Segurança Nacional, contidos na PSN. Os elaboradores primeiro reviram as ameaças especificadas na PSN: analisaram o Ambiente de Segurança Estratégica, os Desafios de Segurança Nacional e convidaram ainda várias instituições e ministérios para relatar os perigos e desafios detetados, segundo a perspectiva das suas respectivas instituições. As fraquezas foram então agrupadas sob diferentes pilares e foram sugeridas atividades para colmatar cada um deles. A proposta zero foi produzida e revista pelo Conselheiro de Segurança Nacional e pelo Comité de Direção da Reforma do Setor de Segurança, sob a tutela do Honorável Procurador-Geral e do Ministro da Justiça, antes de ser finalmente apresentada ao Conselho de Segurança Nacional para revisão e adoção.

ENSINAMENTOS

Seguem alguns dos ensinamentos adquiridos:

- a. Não existem infraestruturas institucionais básicas para guiar o processo de reforma. As instituições de segurança carecem de políticas e estruturas legais para guiar as suas operações e rotinas administrativas.
- b. O Gabinete de Segurança Nacional (GSN), responsável por coordenar as reformas, ainda precisa de ser instituído legalmente. Para além disso, o papel do GSN é limitado á coordenação. Não possui qualquer autoridade para impor que as instituições ajam. Teria sido mais produtivo se o processo de reforma tivesse sido levado a cabo sob a tutela do Gabinete do Presidente ou do Vice-Presidente.
- c. A maioria dos ministérios em causa estão sob a tutela da presidência, logo, quaisquer diretivas de departamentos superiores ou ministérios estão sujeitas a ordens executivas.

- d. Demasiados consultores geram fricções evitáveis, devido à diversidade das suas origens e às diferentes escolas de pensamento que prescrevem.
- e. A falta de um orçamento específico para a Reforma do Setor de Segurança e a pressão financeira ao nível nacional exercida por todas as atividades à grande escala e de capital intensivo no âmbito da agenda da reforma.

OPORTUNIDADES

A ESN foi produzida localmente com o apoio de membros do *International Advisory Group* (IAG) para a RSS da Gâmbia. Foi graças aos membros do IAG, do GSN e, em especial, aos elaboradores que fomos capazes de desenvolver a capacidade local para elaborar a estratégia, em vez de recorrer à contratação de um consultor.

CONCLUSÃO

As reformas oferecem a oportunidade para estruturar e realinhar adequadamente o setor de segurança com as aspirações democráticas da nova ordem. Estabelecer as estruturas legais adequadas e submeter os setores de segurança à supervisão civil democrática aumentará a responsabilização e a eficiência da sua prestação de serviços.

RECOMENDAÇÕES

Seguem algumas das recomendações:

- a. Devem existir estruturas institucionais básicas em todas as instituições de segurança, para orientar os processos de reforma. As instituições de segurança devem possuir as políticas e estruturas legais requeridas para guiar as suas operações e rotinas administrativas.
- b. A Reforma do Setor de Segurança como processo deve estar sob a tutela do Gabinete do Presidente ou Vice-Presidente ou dos ministérios que possuam a autoridade legal para impor a realização das ações requeridas.

Para uma supervisão eficiente, todas as instituições de segurança devem ser colocadas sob a tutela dos ministérios. A sua existência sob a tutela da presidência confere-lhes enorme poder e influência que, se não forem devidamente supervisionados, podem ser mal utilizados.

- c. É mais benéfico que cada país determine qual a natureza e forma que deseja que o seu processo de reforma tome. Outros países

identificaram países líderes para ajudá-los no processo de reforma. Demasiados consultores, com diferentes escolas de pensamento e origens diversas, em quase todas as ocasiões levam a maior confusão.

- d. Finalmente, e mais importante, para que a RSS faça sentido deve existir um orçamento alocado a esse processo. As reformas podem ser financeiramente exigentes para o país, porque a criação de capacitação e o desenvolvimento de infraestruturas, componentes importantes da RSS,